



## O sionismo ainda reverbera no árabe israelense das crônicas de Sayed Kashua

Zionism still Reverberates in the Israeli Arab of Chronicles by Sayed Kashua

Juliana Portenoy Schlesinger

**Resumo:** Este artigo analisará o tema do sionismo frequentemente aparece nas crônicas do jornalista e escritor Sayed Kashua. Numa crônica intitulada “Um pouco de silêncio”, o eu cronista narra que seria entrevistado a respeito do seu novo romance quando é surpreendido e questionado a respeito do livro *O Estado judeu*, de Theodor Herzl, publicado naquele mesmo dia no ano de 1896.

**Palavras-chave:** Romance árabe. Sionismo. Sayed Kashua.

**Abstract:** This article will examine the theme of Zionism often appears in the Chronicles of the journalist and writer Sayed Kashua. In a chronicle entitled "quiet", I would be that chronicler interviewed about his new novel when surprised and asked about the book the Jewish State, Theodor Herzl, published that same day in the year 1896.

**Keywords:** Arabic Novel. Zionism. Sayed Kashua.

Numa crônica intitulada “Um pouco de silêncio”,<sup>1</sup> o eu cronista<sup>2</sup> narra que seria entrevistado a respeito do seu novo romance quando é surpreendido e questionado a respeito do livro *O Estado judeu*, de Theodor Herzl, publicado naquele mesmo dia no ano de 1896. “O entrevistador explicou que havia escolhido que eu falasse sobre o *Estado judeu*, pois, assim como Herzl, sou jornalista, hesitante, um da minoria, que fala sobre o ódio da maioria”.

O tema do sionismo frequentemente aparece nas crônicas do jornalista e escritor Sayed Kashua. Nesta, o eu cronista é comparado ao pai do sionismo político, o austríaco Theodor (Benjamin Zeev) Herzl (1860-1904), autor do livro *O Estado judeu* (*Der Judenstaat*), segundo o qual a criação de um Estado nacional judaico viria resolver o problema do antissemitismo que ele vislumbrava 50 anos antes do Holocausto, a tragédia perpetrada pelos nazistas que matou sistematicamente seis milhões de judeus, além de ciganos, homossexuais, negros, doentes mentais e outros. Segundo o sionismo, os judeus precisavam possuir uma nação própria para que se tornassem senhores de sua própria história e tivessem sua segurança garantida.



A comparação que o entrevistador faz entre o cronista árabe-israelense e Herzl parece estar imbuída de um grande cinismo. Afinal, Herzl foi um dos idealizadores daquilo que, como consequência, criou o problema que Sayed Kashua, o cronista, apresenta de modo intenso e carregado de sentimentalismo em sua obra: a presença minoritária do árabe no Estado judeu. Contudo, no seu livro *Velha nova pátria (Altneuland)*, publicado em 1902, Herzl reconhecia que aquela terra, onde seria criado o Estado judeu, teria habitantes não judeus, e ele preconizava que todos eles, independentemente de sua religião ou sexo, deveriam ter direitos iguais. Esse Estado, segundo Herzl, seria criado no ano de 1923. Contudo, a história fez-se parcialmente diferente da vislumbrada por Herzl. A fundação do Estado se deu somente depois do Holocausto, em 1948.

O problema da minoria árabe em Israel iniciou-se antes mesmo do estabelecimento do Estado. A resolução das Nações Unidas da Assembleia Geral 181 em novembro de 1947, conhecida como Partilha da Palestina, determinou que a região deveria ser partilhada por dois Estados: um daria origem ao Estado Judeu, onde os árabes seriam 40% da população total, e o outro daria origem ao Estado Palestino, onde árabes contabilizariam mais de 90% da população total. Depois de Israel declarar-se independente, tropas do Líbano, Síria, Iraque, Egito, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen invadiram o território israelense. Nessa guerra, Israel capturou parte daquele que se tornaria o Estado palestino. O êxodo dos árabes deste território, depois da invasão israelense, ficou conhecido na narrativa judaica como fuga. Na versão árabe, a guerra daquele ano, a Guerra da Independência, ficou conhecida como *Nakba*, Catástrofe, e esse nome é apenas um símbolo do que um Estado Judeu na Palestina representou para muitos deles.

Os árabes que permaneceram em Israel depois do estabelecimento do Estado ganharam cidadania e tornaram-se árabes israelenses, incluindo seus descendentes, constituindo, hoje, uma parcela significativa da população total, tendo atingido a marca dos dois milhões, o que representa 20% do país.<sup>3</sup>

Sayed Kashua é um árabe israelense descendente de uma família de árabes que permaneceu nas terras que deram origem ao Estado de Israel em 1948. Nascido em Tira, uma cidade árabe situada na Galileia, próxima à fronteira com a Cisjordânia, estudou numa prestigiosa escola hebraica em Jerusalém a partir dos 15 anos de idade e foi aí que se viu envolvido com a sociedade israelense judaica e com a língua hebraica. Hoje, autor de três romances reconhecidos internacionalmente, roteirista de um premiado programa satírico na televisão israelense e autor de uma coluna no mais importante jornal do país, o *Haaretz*,



Kashua possui um sucesso polêmico. Seu humor corrosivo e ácido, despejado certamente sobre a sociedade judaico-israelense, mas sem poupar a sociedade árabe-israelense, seus costumes, crenças, superstições e ignorâncias, é aclamado por um lado, principalmente por uma elite intelectual de esquerda de seu país e internacional, e profundamente criticado por judeus e não judeus, no mundo árabe, judaico e afora, inclusive pelo fato de escrever em hebraico.

Interpretado por muitos negativamente como parodista da difícil situação vivida pelos árabes naquela sociedade, pelos seus apreciadores é apontado como um escritor que consegue representar de modo ficcional a situação da minoria árabe na sociedade israelense com rara ironia e graça. Sob uma perspectiva muito pessoal e íntima, suas crônicas, em particular, trazem histórias do cotidiano de um árabe israelense e sua família. Muitos são os temas retratados nas situações em que eles vivem, mas a questão da identidade do árabe que vive no Estado de Israel está sempre presente. O ódio da maioria é retratado, mas a hesitação a qual o tal do entrevistador refere-se a Kashua está mais relacionada ao modo como o cronista a expõe: de modo dúbio e frequentemente passível de duplo sentido.

As crônicas aqui analisadas<sup>4</sup> foram selecionadas sob o recorte temático da ideologia sionista. O estabelecimento do Estado Judeu na Palestina, os mitos que sustentam a ideologia sionista desde sua idealização e a presença minoritária do árabe naquele Estado são os temas que permeiam as situações pelas quais o eu cronista transita. As perguntas que surgem de sua leitura cercam o sionismo de diversas maneiras e esses questionamentos partem do próprio eu cronista, de outros personagens trazidos nas crônicas ou das situações por aqueles vivenciadas. De que maneira a narrativa sionista do conflito entre árabes e judeus, iniciado com a guerra de 1948, faz eco até hoje nas relações entres os dois povos e de que maneira o árabe justifica para si mesmo o fato de morar entre judeus? Estas são questões que são colocadas de maneira subentendida, ou explícita, nestas crônicas aqui analisadas.

A partir da crônica “Outro Israel”,<sup>5</sup> segundo a qual família do eu cronista estava prestes a receber uma intercambista alemã em sua casa como parte de um projeto de intercâmbio de estudantes da escola da filha, a autora confabula a respeito do lugar que o árabe poderia ocupar na sociedade israelense, estabelecida a partir da tragédia do Holocausto:

“Ouça, a menina alemã está chegando esta semana. Precisamos pensar em coisas para fazer com ela”. “Que menina?”, eu perguntei. “[...] eu te disse um milhão de vezes que há um programa de intercâmbio e que uma



menina alemã virá ficar aqui em casa com nossa filha”. “O que nós temos a ver com alemães?”, eu perguntei a minha esposa. “O que isso tem a ver conosco? É um programa da escola”, minha esposa respondeu. “Ano que vem eles visitarão a Alemanha”. “Mas nossa filha é árabe”, eu disse. “[...] Pelo o que sei, os alemães devem estar vindo encontrar judeus para se desculparem um pouco. O que isto tem a ver conosco? Diga a ela para cancelar!”. “Ela está muito animada [...]. Você sabe o que significa cancelar? A classe toda está recebendo alemães”. “Tudo bem, mas eles são judeus. [...] A garota alemã sabe que ela ficará hospedada numa família árabe?”. “Ela não sabe”, disse a esposa. “Que diferença isto faz?”.

Como sempre ocorre nas crônicas de Sayed Kashua, o tratamento que o cronista faz de temas que concernem questões políticas é feito de modo inusitado. Aqui, o humor é parte integrante da maneira como ele apresenta este tema tabu: a culpa dos alemães perante o Holocausto e seu apoio ao Estado de Israel como forma de extirpá-la.

Desde 1952, quando Israel e Alemanha (na época, Ocidental) assinaram um acordo segundo o qual a Alemanha deveria pagar reparações a Israel pelo trabalho escravo, pela perseguição aos judeus durante o Holocausto e pelas propriedades roubadas pelos nazistas<sup>6</sup> por meio de compensações financeiras e acordos comerciais, grupos de alemães, jovens e adultos, frequentam as escolas e universidades israelenses. Esta questão, que cabe num contexto político e nacional, é tratada pelo cronista na intimidade. Aqui, o árabe está preocupado com a reparação aos judeus pelos crimes cometidos pelos nazistas. Ele não quer que os alemães percam a oportunidade de se desculpar e ele é, neste contexto, um impedimento para que isto ocorra.

“Pense nisto, a menina alemã – sabe-se lá o que o avô dela fez – conta que uma escola judaica em Israel [...] a hospedará numa família de árabes? Pense no que acontecerá com a sua autoestima”. “Pare!”, minha esposa disse, embora eu perceba que ela estava começando a entender. “Uma criança virá nos visitar, irá se divertir, nós a levaremos ao Mar Morto, à Cidade Velha, o que importa se somos árabes ou judeus?”. “E o Holocausto? [...] Você sabe o quanto a menina será hostilizada depois? O que ela dirá a seus colegas, a sua família alemã, não sei, quem



sabe seu avô ainda esteja vivo, o que ela dirá? ‘Eu viajei para Israel, encontrei uma menina árabe na escola e hospedei-me na casa de uma família palestina?’ Você tem ideia do que acontecerá com sua autoestima?”

O eu cronista mostra-se conhecedor da relação de alemães e judeus, e crê que os primeiros tentam expiar a culpa pelo Holocausto. E é esse o motivo que ele considera ser inapropriado receber uma estudante alemã embora nos pareça, segundo a crônica que, de acordo com a escola judaica na qual estuda, ela estaria apta a tal. Para ele, não faria o menor sentido receber uma alemã em casa. Ela não teria sua culpa (ou de sua família) expiada e sua autoestima ficaria rebaixada.

A crônica “De que forma um trabalho sobre raízes tornou-se uma guerra de narrativas”<sup>7</sup> estende esse questionamento do cronista ao quão coerente é sua presença em Israel. O eu cronista conta que sua filha trouxe da escola um trabalho a ser desenvolvido em casa. Ela explica que os alunos estavam desenvolvendo um projeto escolar sobre raízes, que terminaria com a elaboração de um jornal. Para tanto, deveriam fazer uma pesquisa sobre seu nome.

“O que seu nome significa? (ela lê)”. “O que você quer dizer? Você sabe que seu nome é um instrumento musical.” [...] Ela continuou perguntando: “É em homenagem a alguém? Esta pessoa está viva ou morta? E o que este nome significa para mim?”. “Não, não é em homenagem a ninguém. É somente um lindo nome que sua mãe e eu demos a você”. “Por que?”. “Ah, [...] é uma palavra usada num poema de Khalil Gibran – um poema que eu adoro”. “Só isso?”. “Não”, respondi orgulhoso. “É também o título de uma música que a legendária cantora Fairuz cantava maravilhosamente.” ‘Meu nome aparece na Bíblia?’, ela continuou de maneira irritada. “Por que seu nome deveria aparecer na Bíblia?”, respondi tão irritado quanto ela. “Nem na Bíblia, nem no Corão e em nenhum livro religioso. Um instrumento musical, Gibran, Fairuz, não na Bíblia. Eu já te disse, é um nome lindo. Qual o problema?”. “Problema? Meu problema é que você e mamãe decidiram se divertir, ouvir músicas de amor e me dar um nome antigo só porque vocês querem, e agora eu não tenho nenhuma raiz”.



O eu cronista conversa com a esposa e expõe sua teoria:

“O Ensino Médio tem um projeto sobre raízes”. “E qual o problema?”. “Qual o problema? Se ela estudasse em um colégio árabe,<sup>8</sup> tudo bem – raízes aqui, ali, e se fosse uma escola mista, também tudo bem [...]. “Eu ainda não entendo”, ela disse, “o que tem a ver (com a escola)? Raízes são raízes. “É guerra”, eu disse a minha esposa. “Acredite em mim, eles não fazem um projeto assim (sem nenhuma intenção). É parte da guerra de narrativas; é uma batalha sobre a posse de terra e alguém precisa reagir, eu te digo. E lembre-se, ela é a única árabe em toda sua série”. “Você não está exagerando?”. “Exagerando? [...] Você verá amanhã; se nós não prepararmos este projeto adequadamente, então nós, entre todos os povos – que estamos aqui tão arraigados que nunca nos preocupamos em encontrar nossas raízes – seremos nós que não teremos raízes. Você verá. Eu os conheço: para eles, pode-se morrer pelas raízes. E no fim, parecerá que nós viemos de uma tribo do deserto e eles estão aqui desde a criação do mundo. “Você tem razão”, disse minha esposa. “Eu mal sei o nome do meu bisavô”.

Novamente nessa crônica vemos como um assunto do domínio coletivo e nacional é levado ao âmbito mais particular e íntimo. A guerra das narrativas, em referência às versões dadas à guerra que teve como consequência o estabelecimento do Estado de Israel e a expulsão ou êxodo de parte da população árabe local, continua tendo dimensões expressivas na realidade deste eu cronista ao ponto de ele considerar que este trabalho escolar era, na realidade, uma maneira subliminar da escola da filha questionar a sua presença no Estado judeu.

O que o árabe faz naquelas terras é a pergunta que continua no pano de fundo também dessa crônica. Qual o significado de sua presença em Israel? Segundo o sionismo, Israel é a terra prometida por Deus ao povo judeu. Esse é um dos mitos que sustenta a ideologia sionista. Para o eu cronista, o projeto da escola – um tanto quando usual em estudos de identidade judaica, pois os nomes no judaísmo são dados geralmente em homenagem a familiares<sup>9</sup> – é uma maneira de questionar a única menina árabe da série: o que você está fazendo aqui?



E de fato, com grande ironia, a esposa do eu cronista, ao invés de ser uma personagem que irá mostrar quais as raízes dos árabes naquela terra, confessa não saber nem o nome do bisavô. Mas o eu cronista tenta refazer sua árvore genealógica e justificar sua relação com aquela terra.

“Meu pai, meu avô Ahmed, seu pai era Mohamed, e é isso. Eu não sei quem vem depois”. “Eu acho que era outro Ahmed”, disse minha esposa. “Mas a história de nós dois é boa. Daremos uma boa resposta a eles”. Ela estava certa. Tanto o pai quanto a mãe de minha esposa vieram de Miska e tornaram-se refugiados em 1948. Meu avô morreu na guerra. É uma boa narrativa, mas não suficientemente boa para um mito. “Precisamos voltar mais”, eu disse a minha esposa. “Precisamos ir além disse nas nossas raízes – 3000 anos. Você os conhece – eles vão até o enterro do patriarca Abraão em Hebron, onde quer que ele esteja enterrado”.

Os judeus tornaram-se exilados a partir da sua expulsão perpetrada pelos babilônios e depois pelos romanos, respectivamente 586 antes da Era Comum e 70 da Era Comum. Foram 2500 anos de dispersão até a criação do Estado de Israel. Esses dados são parte da narrativa judaica que justifica sua presença lá. Na crônica, o eu cronista também menciona o patriarca Abraão, que, segundo a narrativa bíblica, chegou a Canaã por ordem divina. É dessa forma que esse eu cronista embarca numa guerra para justificar sua presença no Estado de Israel. Segundo ele, sua história é boa – os árabes também são refugiados em Israel, também foram expulsos – mas não tão boa, antiga e nem tão convincente quanto a contada pelos judeus. Este árabe precisa de um bom motivo para justificar sua presença lá, que ultrapasse os 2500 anos da história de dispersão judaica. Ele transformou o trabalho escolar da filha – que aparentemente não tinha nada a ver com o fato dela não ser judia – numa guerra de narrativas.

Para desfecho da história, o eu cronista chama sua filha e pede a ela, “que estava sentada na cama esperando por suas raízes”, escrever: “Meu nome, que foi dado pelos meus pais [...], significa um instrumento musical especialmente apreciado pelos Canaanitas”. “Com k ou com c?”. “Como c”, eu gritei, “E atenção! Estamos falando dos seus ancestrais, pelo amor de Deus!”.

Simbolicamente, o nome dado à filha deixa inferir que os árabes da crônica estão vinculados à poesia e à música, e não a religião ou a motivações nacionais ou compensatórias, como o caso que ele acredita corresponder aos judeus, motivo para o eu cronista não considerar suficientemente legítimo para



justificar sua presença em Israel. É dessa forma que o eu cronista, comicamente, vincula sua ancestralidade aos canaanitas. Os canaanitas, sobre os quais a filha aparenta nunca ter ouvido falar, são os antigos habitantes da região de Canaã, onde se localiza a Israel de hoje. É somente desta maneira<sup>10</sup> que o eu cronista consegue justificar sua presença lá e sua raiz naquele lugar.

Num tom menos ficcional e mais jornalístico, a crônica do dia 2 de maio de 2013<sup>11</sup> fala da dificuldade em ser um árabe em Israel, da história da família do eu cronista, da *Nakba*, da fundação do Estado e de sua esperança de que um dia aquele lugar seja melhor para todos os seus cidadãos, tanto árabes quanto judeus. “Eu não estou certo do quanto este Estado me considera um cidadão [...], mas eu funciono, penso e escrevo como um cidadão que se preocupa com o futuro deste país, que quer que este lugar seja melhor para seus filhos, assim como para os filhos de seus vizinhos que nasceram judeus.” Essa declaração foi desencadeada pela pergunta feita por uma professora e relatada na mesma crônica:

“De onde veio a sua família de Tira? Você pode nos dizer?”. A professora não estava exatamente referindo-se a minha família – evidentemente ela não queria ouvir uma resposta, mas sim olhou a sua volta com um sorriso triunfante que significava “propriedade da Terra Prometida”. A sua pergunta significava: “Você não tem o direito de estar aqui” (que significava de fato “você tem 22 estados para escolher”<sup>12</sup>).

O mito da Terra Prometida aos judeus, sustentado pela ideologia sionista, novamente aparece nessa crônica. O eu cronista traduz o questionamento da professora como “vocês não têm o direito de estar aqui”:

A professora continuou a sorrir. As outras professoras presentes estavam um pouco envergonhadas quanto ao seu comportamento, que persistiu, até que disse: “Se vocês não se explodissem perto de nós o tempo todo e se vocês abajassem suas armas, então talvez...”, *você* no plural – todos os árabes estão constantemente se explodindo, esta professora declarou diante dos jovens estudantes. Eu não soube como reagir e é difícil me deixar sem respostas [...]. Ela tinha certeza de que havia ganho esta guerra há muito tempo.



O cronista refere-se aqui ao medo que uma grande parcela da população judaico-israelense sente em relação ao árabe, que pode ser sempre considerado um terrorista, pronto a se explodir,<sup>13</sup> em potencial. A problemática da desconfiança é enfrentada tanto em nível do cidadão comum quanto das políticas institucionais do Estado de Israel, representadas, por exemplo, pela exclusão de árabes do exército israelense.

Para o cronista, a guerra entre os dois povos estava explícita na fala daquela professora. Ela representa a voz do judeu israelense que questiona o árabe: “o que você está fazendo aqui? Aqui não é seu lugar. Você perdeu esta guerra”. Assim como aparece inapropriada a sua presença na crônica sobre a jovem alemã que viria fazer intercâmbio na sua casa – como justificar a presença de árabes naquele país –, ou a ausência de vínculos históricos e religiosos que comprovem a ligação histórica dos árabes com aquelas terras.

Na crônica “Sofrimentos de um dono de casa”,<sup>14</sup> o eu cronista pergunta-se acerca do significado da palavra “lar”. A crônica nos conta que, depois de uma longa e custosa reforma, eu cronista e família voltam ao seu apartamento. Ao que a esposa questiona:

“Você sabe, a casa está realmente charmosa. Ela está chique e confortável, mas...”, ela parou. “Mas o quê?”, “Eu não sei”, ela disse. “Só estou pensando de novo nas crianças, sobre o que está se passando com elas, como se sentem, como isto afeta seu comportamento e a maneira como crescem [...]”. “De novo isto do bairro judaico?”. “Eu não estou dizendo isto”, ela afirma, “É um apartamento maravilhoso, nossos vizinhos são ótimos, mas você sabe”. “Não”, eu respondi com os nervos irritados de alguém que planejou gastar 10 mil reais para acrescentar um quarto e se viu gastando, até então, mais de 90 mil reais. “Eu absolutamente não sei!”. “Eu só estou me perguntando [...] se este é o nosso lugar natural, e mais ainda para nossas crianças”.

Qual seria o lugar natural do árabe? Por que ele não se sente em casa, na voz representada pela esposa do eu cronista, entre judeus, uma voz bem humorada e repleta de ironia?

É possível entender que o eu cronista e sua família vivem num bairro judaico de Jerusalém.<sup>15</sup> Na crônica, o poder aquisitivo é colocado no centro da questão e fica claro que essa família de árabes pode morar num bairro judaico,



tradicionalmente mais caro quando comparado aos árabes, devido a essa possibilidade financeira. Embora vivam bem e, inclusive, tenham bons vizinhos (judeus), o autoquestionamento quanto ao quão apropriada é sua presença lá também aparece nessa crônica.

“O seu árabe é excelente”, me disse o trabalhador (árabe) em hebraico. “Eu sou árabe”, disse. O trabalhador surpreendeu-se e perguntou: “E esta é a sua casa?”. “Sim. Nós a compramos há alguns anos. Sim, é meu lar.” Novamente a palavra *lar* e o seu sentido para mim. “*Walla*”, ele disse surpreso. “Eu nunca pude imaginar [...]” “O que eu posso fazer?” perguntei a minha esposa. “Qual é o nosso lugar natural?”. “Qual?”. “Eu não disse que é fácil”, ela disse [...], “Pode ser muito difícil”. “Então eu preciso viver num vilarejo para me sentir em casa? [...] Não estou autorizado a viver na cidade?”. “Não é o que eu estou dizendo”, ela respondeu, com uma paciência que estava rapidamente se perdendo. “Então o que você está dizendo?”, insisti. “Eu realmente quero entender. Quais são as minhas opções de ser natural? [...] O que é natural? [...]”.

São muitos os assuntos que a crônica traz relacionados ao estabelecimento do Estado de Israel e a presença árabe lá. Além da questão relacionada à segregação habitacional, ela tange o tema da língua hebraica e da sua relação com a maioria judaica, do poder aquisitivo conquistado por este eu cronista, que lhe permite viver em um bairro entre judeus, exceção entre os árabes israelenses, que são os trabalhadores de serviços pesados, aqueles cuja língua-mãe é o árabe. Sua esposa é a voz que o alerta: não somos parte integrante deste lugar. Num tom trágico, a figura do árabe, que aceitou permanecer naquele Estado, entre judeus, pergunta-se: onde é meu lar?

De forma bem mais humorística, o cronista nos conta na crônica “Minha empregada judia”<sup>16</sup> da dificuldade de conciliar a necessidade de trabalhar, tanto sua quanto da sua esposa, e os cuidados do bebê e da casa. Para tanto, não havia escolha. “Vocês precisam de uma empregada”, disse um amigo judeu que os visitara. “[...] Tikva é maravilhosa”, ele disse, “e eu a convenci a fazer um esforço extra e salvar um bom amigo que está em situação de estresse.”

Entre as informações de que seu trabalho custava caro e de que ela deveria ser buscada em casa e levada de volta após o serviço, o amigo disse: “Ela não sabe que vocês são árabes”.



“O que?”. “Ouça, Sayed”, ele disse, colocando as mãos sobre meus ombros. “Eu quero te contar que conheço Tikva por mais de 20 anos. Ela nunca concordaria em trabalhar na casa de árabes”. “Eu não entendo [...] Como exatamente [...]”. “Ela não precisa saber”, meu amigo respondeu firmemente. “Ouça o que estou te dizendo: para ela, trabalhar numa casa de árabes é quase como negar Deus. [...] Ela gasta quase tudo o que ganha em viagens a Uman.”

Uman é uma cidade da Ucrânia para onde judeus fazem peregrinação para visita ao túmulo de um rabino que lá está enterrado, rabino Nachman de Bratslava (1772-1810). Rabi Nachman é pai de um movimento judaico que vê na alegria e na música, além do estudo das fontes judaicas, formas de se aproximar de Deus. O fato de a empregada fazer peregrinações a Uman denota sua ligação ao judaísmo ortodoxo chassídico, que considera Israel a terra destinada a judeus.

Depois de uma discussão com a esposa e embora não estivessem tão certos do quão sensato seria contratá-la, eles decidem fazê-lo. “Shalom, Tikva”, disse ao telefone depois de um longo suspiro, “Shalom, eu sou o amigo de –”. “Shalom”, ela respondeu de maneira jovial, “Sim, você é *Israel*?”. O amigo havia mentido para Tikva e o nomeou Israel.

[...] Não deverá ser complicado (enganar nossa identidade), não há nossos nomes na entrada do edifício. E depois, eu a deixarei sozinha – meu amigo disse que ela é muito confiável – e quando ela acabar, eu a levarei de volta a sua casa [...]. Agora eu devo esconder tudo o que está em árabe na casa. Primeiramente, desconectarei o telefone, no caso de minha mãe ligar e, Deus proíba, amedronte a Tikva.

O amigo do eu cronista dá ao árabe o nome de Israel. *HaTikva* é o título do hino do Estado de Israel, que se refere à esperança – *tikva*, em hebraico – dos judeus serem livres em sua própria terra. O hino é a referência máxima à ideologia sionista e a empregada Tikva vem aqui, de maneira simbólica, ao recursar-se trabalhar para árabes, representar a ideologia sionista que crê que aquela terra é a terra dos judeus, pátria espiritual, religiosa e territorial. Israel, nesse contexto, enquadra-se bem ao perfil de Tikva, um nome tradicionalmente judaico e Sionista.



O eu protagonista esconde livros em árabe, além de alguns produtos cujas embalagens estavam escritas em árabe. Tudo de acordo com o plano. No final da crônica, Tikva diz o seguinte:

“Ouça, Israel, se este for seu nome verdadeiro”. “Algo aconteceu?” “Eu encontrei livros no seu armário e vi que você os tentou esconder.” “Quais?”. “Querido”, ela me disse com um olhar malicioso, “Eu sou metade iraquiana<sup>17</sup>, e letras em árabe é algo que eu posso reconhecer”. “Desculpe-me [...]. Eu realmente não sei o que dizer, mas eu simplesmente não poderia te dizer, eu ficaria muito exposto. ‘Querido’, ela me disse com um sorriso, ‘vocês estão fazendo um trabalho sagrado [...], é uma honra trabalhar com alguém como você. Meu pai também foi do Shin Bet.’”<sup>18</sup>

É com muita ironia que o cronista traz essa história da empregada Tikva e do árabe Israel. Tikva nunca poderia conceber a ideia de trabalhar para um árabe e sua maneira de compreender aquela casa era considerar Israel um espião, que precisa saber árabe para poder realizar seu trabalho de espionar árabes (e este seria o motivo de saber árabe). O sionismo de Tikva, trazido nessa crônica, faz eco ao sionismo da professora, pois é fácil imaginar que, para esta, o Shin Bet também faz um trabalho sagrado ao perseguir árabes. A relação com o sagrado, aliás, é um tema caro à ideologia sionista, pois o povo judeu, segundo a narrativa bíblica, que iria herdar aquela terra de Deus, é considerado um povo sagrado, tal qual aquela terra.

Imbuída de sarcasmo, essa crônica fala abertamente, na voz do amigo do eu cronista, que há pessoas em Israel que nutrem preconceito contra árabes. Tikva ser uma pessoa confiável é quase que uma afronta ao direito dos árabes de viverem em Israel. Também sarcástico é o fato do árabe receber uma pessoa como Tikva, e ainda protegê-la da possibilidade da mãe do eu cronista amedrontá-la Tikva – “Deus proíba”, expressão comumente usada por judeus ortodoxos. Ironicamente, o fato de Tikva ser “metade iraquiana” nos remete à origem de sua família e ao fato dela reproduzir o preconceito contra os judeus provindos dos países árabes no árabe israelense.<sup>19</sup>

Na crônica intitulada “Até o quadro é sionista”,<sup>20</sup> novamente podemos ler de que modo o cronista expõe sua relação com o sionismo. O eu cronista nos conta que nunca haviam tido uma pintura original como decoração de sua residência:



Era uma pintura amável, dada a nós por amigos que havíamos convidado para jantar. Eles nos deram em homenagem à grande reforma que fizemos em casa e eu e minha esposa agradecemos muitíssimo, pois era exatamente o que precisávamos para que nossa sala ficasse perfeita. Era nossa primeira pintura original. Uma pintura a óleo, um vilarejo pastoral repleto de esperança e tristeza [...]. E lá estava, um grande, colorido, bonito quadro. Foi desta forma que a nossa decoradora o descreveu quando o viu. “Era exatamente o que precisavam”.

Nem os amigos que presentearam o eu cronista e sua família, nem a decoradora, tão pouco o próprio eu cronista, veem algo de errado com o quadro até que, devido à falta de ferramentas para dependurá-lo na parede, o casal se lembra de seu vizinho Ionathan, um crítico de arte que prontamente se ofereceu a ajudá-los:

“Hmm”, ele fez quando viu a pintura. “O que?”, eu disse em pânico [...]. “É bonita?” “É bonita [...], uma pintura a óleo, original, provavelmente custou uma fortuna. Uma linda moldura, um desconhecido mas promissor artista, mas...”. “Mas o que? Qual a sua ligação com o Yemin Moshe?”, ele perguntou. “Perdão?”, respondi com uma falta de conhecimento artístico, pensando que Yemin Moshe fosse um estilo, uma escola, ou algo do gênero. “Yemin Moshe”, disse Ionathan, “você não vê, é o Yemin Moshe do Montefiore”. “O que?”, eu respondi, afastando-me do quadro e olhando para o bairro pastoral que eu pensei que fosse na Holanda. “O moinho”, continuou Ionathan, “os telhados vermelhos, as pedras de Jerusalém, o domo verde; não há dúvidas, Montefiore sentir-se-ia orgulhoso em receber esta pintura”. “É considerado sionista”, eu hesitei, pensando no que fazer com o quadro. “É assim [...], seria irônico se você desse à primeira comunidade judaica fora dos muros da Cidade Velha a principal parede de sua casa”. “Qual o problema?”, perguntou minha esposa [...]. “Yemin Moshe”, eu disse, apontando o quadro. “Caro?”, perguntou a Ionathan. “Parece-me que sim”, respondeu nosso vizinho. “Então



pendure, e rápido”, ela decidiu. “Mas Montefiore? Tudo bem, é em memória da destruição do Templo”, ela disse, pegando a cesta da lavanderia.

A “ajuda” de Jonathan é mais do que dependurar o quadro. Ele aponta que aquela paisagem, na realidade, era uma paisagem sionista e inadequada para ser dependurada na casa de uma família árabe israelense.

Nessa crônica, o cronista relembra o primeiro bairro construído em Jerusalém além dos muros da Cidade Velha. Moses Montefiore (1784-1885) foi o filantropo britânico que financiou a sua construção. Na época, a região externa aos muros de Jerusalém era perigosa e somente judeus pobres, por não terem escolha, lá moravam. Hoje, é o bairro mais caro da cidade. Montefiore apoiava o assentamento judaico na então Palestina e é considerado um grande sionista. Isso posto, essa paisagem na casa de um árabe, como o próprio Jonathan menciona, seria não só seria um despropósito como também inadequado. Mas isto não impede que a esposa o queira em sua casa. Ironicamente, ela ainda faz menção à destruição dos Templos de Jerusalém que, como consequência, provocou o êxodo judaico de Israel e seu anseio pelo retornou àquela terra.

Ao questionamento dessa autora, “de que maneira a narrativa sionista do conflito entre árabes e judeus, iniciado com a Guerra de 1948, faz eco nas relações entres os dois povos”, a resposta que o cronista Sayed Kashua dá, muitas vezes com muito humor e ironia, na leitura que aqui se faz de suas crônicas, é: de maneira decisiva. Mais de seis décadas após a guerra que teve como consequência o estabelecimento do Estado de Israel e o êxodo da população árabe daquele território, o árabe israelense eu cronista continua relacionando-se com o evento em que os árabes saíram perdedores. O árabe israelense das crônicas de Sayed Kashua tenta justificar sua permanência entre judeus, tanto no nível simbólico como real, sem, no entanto, encontrar uma resposta que não desemboque numa mania de perseguição. Os fantasmas dos mitos do sionismo, que já completaram 65 anos de idade, continuam assombrando-o. Segundo esse eu cronista, é injustificável a presença de árabes em Israel, pois eles não têm, com os judeus, nenhuma ligação histórica, política ou religiosa com a aquela terra. A história do Holocausto e a consequente criação do Estado de Israel absolutamente não dizem respeito a eles – conforme sugerido na crônica “Outro Israel”. Seu vínculo com a terra dos patriarcas e matriarcas hebreus é nulo – assim sugere esta leitura da crônica “De que forma um trabalho sobre raízes tornou-se uma guerra de narrativas”. Sua esperança, tão importante à ideologia sionista, é vã – dela, resta apenas a empregada Tikva, em “Minha empregada judia”.



A paisagem do sionismo, metaforicamente dependurada na sua parede na crônica “Até o quadro é sionista”, é inadequada para ser apreciada entre árabes israelenses. Ao árabe que questiona *onde é meu lar? Onde é meu lugar natural*, a crônica “Batata pegando fogo”, livremente traduzida como “Batata quente”, a resposta é dada: não há lugar natural para você. Você é uma batata quente, jogada de mão em mão. O árabe israelense não é palestino, que anseia por suas terras a serem reconquistadas. Ele não é um árabe de um país árabe. Ele é árabe e também israelense, um “estanho em sua casa”.<sup>21</sup>

O ideal sionista, na medida em que um Estado judeu na Palestina foi estabelecido, foi realizado, mesmo que este Estado não seja exatamente o que almejava Herzl. Mas para esse árabe israelense, essa ideologia continua sendo relevante na medida em que ele se sente constantemente em estado de alerta, em que ele interpreta tudo ao seu redor como “sem propósito é sua presença neste País”. Tudo e todos ao seu entorno – empregada, professora, trabalhos escolares, programa de intercâmbio, quadros - confirmam este sentimento de inadequação e do quão inapropriada e sem sentido é sua presença em Israel.

Dotado de humor ácido, vemos um árabe israelense que se sente, antes de tudo, perseguido por seus questionamentos íntimos e não temos certeza do quanto a sociedade judaica se importa com sua presença lá. Tikva e a professora são arquétipos de judeus extremistas, que veem naquela terra a herança divina, mas além destes estereótipos, não temos certeza do quão real seja a sensação de inadequação do árabe eu cronista. Suas crenças e ignorâncias, essas sim, colocadas sobre a mesa. Esse árabe sente-se perseguido, mais do que na realidade o é. Há um ódio da maioria, mas o que sobressai na sua experiência é este modo de ser hesitante de lidar com sua dúvida sem resposta – onde é seu lar natural.

-----

\* **Juliana Portenoy Schlesinger** é pesquisadora de pós-doutorado da USP com apoio da Fapesp, Doutora em Língua e Literatura Hebraica pela USP, Mestre em Antropologia pela Universidade Hebraica de Jerusalém e bacharel em Jornalismo pela PUC-SP e Ciências Sociais pela USP.

---

## Notas

<sup>1</sup> *Ktsat sheket* [Um pouco de silêncio], 10 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/misc/1.1161724>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

<sup>2</sup> Simon (2011) acredita que os termos “personagem” e “narrador” não são sempre adequados para classificar os personagens em determinadas crônicas. Para ele, “[...] em certas crônicas, a primeira pessoa do discurso nem sempre



pode ser vinculada à pessoa física do cronista ou do escritor, porque, muitas vezes o *eu* se abstém de narrar optando apenas por comentar ou expor sentimentos” (p. 29). Segundo Simon, “[...] este *eu* é uma criatura do cronista, criação que se desvincula de qualquer compromisso verídico ou autobiográfico, pois se inscreve em um modelo de texto que flerta também com situações científicas” (p. 53). Simon propõe ainda a terminologia “eu do cronista” para desatrelar o autor das crônicas daquelas situações e emoções expostas por ele nos textos. Neste artigo, será utilizada a terminologia eu cronista com o mesmo sentido atribuído pelo autor.

<sup>3</sup> CENTRAL israelense de Estatísticas. Disponível em: <[http://www1.cbs.gov.il/www/hodaot2012n/11\\_12\\_106e.pdf](http://www1.cbs.gov.il/www/hodaot2012n/11_12_106e.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2013.

<sup>4</sup> Toda tradução de crônica do hebraico para o português é realizada por esta autora e é de sua responsabilidade.

<sup>5</sup> *Israel Haacheret* [Outro Israel], 14 de maio de 2013, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/.premium-1.2020364>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

<sup>6</sup> HONIG, Frederick. The Reparations Agreement between Israel and the Federal Republic of Germany. *The American Journal of International Law*, v. 48, n. 4, p. 564-578, 1954.

<sup>7</sup> *Eich hafcha avodat shorashim lekrov narativim* [De que forma um trabalho sobre raízes tornou-se uma guerra de narrativas], 18 de outubro de 2012, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/1.1845193>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

<sup>8</sup> O sistema de ensino israelense é organizado por língua de instrução. Há o sistema secular-judaico, onde se ensina em hebraico, e o árabe, onde a língua é o árabe. Além deles, há aquele denominado “sistema religioso”, que refere-se ao ensino judaico-ortodoxo e que não tem vinculação com o currículo estabelecido pelo Ministério da Educação. Nos últimos anos, surgiram as “escolas mistas” bilíngue árabe-hebraico, onde estudam alunos de origem árabe e judaica, entre outros. Existem alunos árabes nas chamadas escolas seculares-judaicas, embora sejam poucos. Muitos são os árabes que almejam que seus filhos lá estudem, pois elas são reconhecidamente melhores do que as do setor árabe.

<sup>9</sup> Nota-se, atualmente, em Israel que nem todo nome dado por famílias judaicas a seus filhos necessariamente são em homenagem a familiares ou correspondem a nomes da bíblia hebraica. Muitos nem mesmo têm raiz hebraica.

<sup>10</sup> Diversas passagens do livro de Josué mencionam que o Povo de Israel, ao cruzar o rio Jordão e entrar naquela terra que daria origem a Israel, dizimou a população local, feito comum nas guerras da época (STEINBERG, Gabriel. Em comunicação pessoal. São Paulo, 27 ago. 2013). Os canaanitas, um dos povos



autóctones daquela região, são vistos por muitos como os ascendentes dos árabes palestinos.

<sup>11</sup> *Tapuach adamá lohetet* [Batata pegando fogo], 2 de maio de 2013, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/.premium-1.2010396>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

<sup>12</sup> Em referência às 22 nações árabes que formam o chamado “Mundo árabe”.

<sup>13</sup> O conflito entre judeus e palestinos, os habitantes dos territórios ocupados por Israel na guerra de 1967, resulta em violência constante. Os atentados terroristas praticados pelas facções radicais islâmicas que negam o direito de Israel de existir, como o Hamas e a Jihad, por meio de ataques terroristas contra alvos civis e militares, tornam a população judaica receosa de um contato também com árabes israelenses.

<sup>14</sup> *Issurav shel baal habait* [Sofrimentos de um dono de casa], 30 de novembro de 2012, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/1.1876198>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

<sup>15</sup> Em Israel, árabes israelenses são residencialmente segregados desde o período do “pré-Estado”, período em que ocorreu a imigração judaica à Palestina antes do estabelecimento do Estado de Israel. Embora hoje em dia essa segregação seja voluntária, existem relatos de casos em que árabes que tentaram transferir-se para comunidades judaicas ou bairros de maioria judaica encontraram resistência da população judaica local. A população árabe reside basicamente em três concentrações regionais, entre as quais a Galileia é a maior, e também em diversas cidades, bairros e regiões mistas, mas a maioria vive em pequenas comunidades somente habitadas por árabes e relativamente distante do meio urbano (YIFTACHEL, 2000; RAZIN; HAZAN, 2004; SEMYONOV, 1988 In: SCHLESINGER, 2010).

<sup>16</sup> *Ozeret habait haiehudia sheli* [Minha empregada judia], 10 de março de 2011, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/misc/1.1166347>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

<sup>17</sup> “Metade iraquiana” em referência à origem nacional do seu pai ou de sua mãe.

<sup>18</sup> Shin Bet é o serviço de inteligência secreto de Israel.

<sup>19</sup> YIFTACHEL (2000) defende que tanto árabes israelenses quanto judeus orientais são considerados minorias dentro do Estado de Israel pelo fato de eles terem sido marginalizados do projeto sionista, essencialmente elitista e ashkenazita (judeus ashkenazitas são aqueles que chegaram a Israel vindos da Europa Oriental e Central). Contudo, segundo o pesquisador, as condições de segregação dos dois grupos ainda são diferentes: enquanto os mizrachim são segregados dentro da etnocracia judaica, os árabes israelenses são segregados fora de seus limites de inclusão, o que para ele é uma grande diferença.



<sup>20</sup> *Afilu Hatmuna Tsionit* [Até o quadro é sionista], 15 de fevereiro de 2013, Haaretz. Disponível em: <http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/1.1929801>. Acesso em: 8 ago. 2013.

<sup>21</sup> Em referência à sua condição de estrangeiro na própria casa, ler, entre outros, COHEN, 2006; HANDELMAN, 1994; PELED, 1992; SMOOHA, 1982, 1989, 1990, 1992, 1997; SNIR, 2001, 2004; SCHLESINGER, 2010; YIFTACHEL, 2000; PELED, 1992.

## Referências

CENTRAL israelense de Estatísticas. Disponível em: [http://www1.cbs.gov.il/www/hodaot2012n/11\\_12\\_106e.pdf](http://www1.cbs.gov.il/www/hodaot2012n/11_12_106e.pdf). Acesso em: 8 ago. 2013.

COHEN, Raanan. *Zarim Beveitam: aravim, iehudim, mediná* [Estrangeiros em sua casa: árabes, judeus, Estado]. Tel Aviv, Israel: Ed. Dionon, 2006.

HANDELMAN, Don. Contradições entre cidadania e nacionalidade: suas consequências para etnicidade e desigualdade em Israel. Trad. Saul Kirschbaum. *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 7, n. 3, 1994.

HERZEL, Theodor. *Judenstaat* [O Estado judeu], 1896. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/25282>. Acesso em: 11 set. 2013. 1896.

HERZEL, Theodor. *Altneuland* [Velha Nova Pátria], 1902. Disponível em: [http://en.wikisource.org/wiki/Old\\_New\\_Land](http://en.wikisource.org/wiki/Old_New_Land). Acesso em: 11 set. 2013.

HONIG, Frederick. The Reparations Agreement between Israel and the Federal Republic of Germany. *The American Journal of International Law*, v. 48, n. 4, p. 564-578, 1954.

KASHUA, Sayed. *Ozeret habait haiehudia sheli* [Minha empregada judia], 10 de março de 2011, Haaretz. Disponível em: <http://www.haaretz.co.il/misc/1.1166347> Acesso em: 8 ago. de 2013.

KASHUA, Sayed. *Eich hafcha avodat shorashim leknav narativim* [De que forma um trabalho sobre raízes tornou-se uma guerra de narrativas], 18 de outubro de 2012, Haaretz. Disponível em: <http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/1.1845193>. Acesso em: 8 ago. 2013.



---

KASHUA, Sayed. Issurav shel baal habait [Sofrimentos de um dono de casa], 30 de novembro de 2012, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/1.1876198>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

KASHUA, Sayed. Afilu Hatmuna Tsionit [Até o quadro é sionista], 15 de fevereiro de 2013, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/1.1929801>> Acesso em: 8 ago. 2013.

KASHUA, Sayed. Tapuach adamá lohetet [Batata pegando fogo], 2 de maio de 2013, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/.premium-1.2010396>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

KASHUA, Sayed. Israel Haacheret [Outro Israel], 14 de maio de 2013, Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.co.il/magazine/sayed/.premium-1.2020364>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

PELED, Yoav. Ethnic Democracy and the Legal Construction of Citizenship: Arab Citizens of the Jewish State. *American Political Science Review*, v. 86, p. 43-443, jun. 1992.

SIMON, Luiz Carlos. *Duas ou três páginas despreziosas – a crônica*, Rubem Braga e outros cronistas. Londrina: Eduel, 2011.

SMOOHA, Sammy. Existing and alternative policy towards the Arabs in Israel. *Ethnic and Racial Studies*, v. 5, p. 71-98, 1982.

SMOOHA, Sammy. *Arabs and Jews in Israel: Conflicting and Shared Attitudes in a Divided Society*. v. 1. Boulder: Westview Press, 1989.

SMOOHA, Sammy. Minority status in an ethnic democracy: the status of the Arab minority in Israel. *Ethnic and Racial Studies*, v. 13, p. 389-413, 1990.

SMOOHA, Sammy. *Arabs and Jews in Israel: Change and Continuity in Mutual Intolerance*, v. 2, 1992

SMOOHA, Sammy. Ethnic Democracy: Israel as an Archetype. *Israel Studies*, v. 2, p. 198-241, 1997.

SNIR, Reuven. Postcards in the Morning: Palestinians writing in Hebrew. *Hebrew Studies*, v. XLII, p. 197-224, 2001.



---

SNIR, Reuven. *Araviut, iahadut, tsionut – maavak zehuiot beietsiratam shel iehudei Irak* Jerusalém, Machon Ben-Tsvi lecheker kehilat Israel bemizrach, 2004.

SCHLESINGER, Juliana Portenoy Conflitos identitários do árabe israelense: *Aravim Rokdim de Sayed Kashua*. Tese – Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas e Língua, Literatura e Cultura Árabe, Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

YIFTACHEL, Oren. "Ethnocracy" and Its Discontents: Minorities, Protests, and the Israeli Polity. *Critical Inquiry*, The University of Chicago Press, v. 26, n. 4, p. 725-756, 2000.